

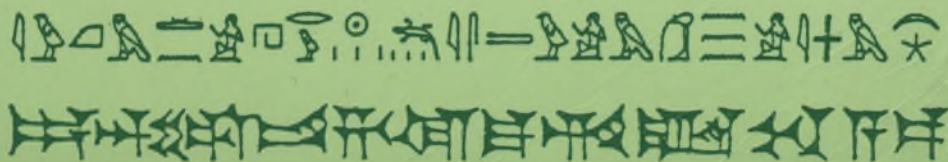
CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

2



E D I C I O E S
C O S M O S



culto era considerado um serviço ao país — deuses bem confortados nos seus templos estavam prontos a atender as orações dos seus fiéis.

Foi bom consagrar um capítulo inteiro à piedade pessoal, não só pela importância que teve na religião do Império Novo, mas por ser mais compreensível ao homem moderno, ao menos do que tem alguma empatia com o fenómeno religioso (à primeira vista, os ritos do culto oficial só despertam no europeu moderno um interesse de curiosidade antiquária). No mundo cosmopolita do Império Novo, o Egípcio sentiu-se isolado e desprotegido da sociedade, lançando-se «nas mãos de Deus» com imediatez e confiança nunca vistas.

Sobrevivências da iconografia egípcia são indubitavelmente a representação da *madonna lactan* (Ísis com o Menino Hórus) e, acrescento eu, da *Theotokos* paleocristã. O pensamento do juízo dos mortos emigrou tanto para a Grécia como para Israel; a figura do salvador influenciou o romance grego. Mais difícil é saber até que ponto concepções egípcias influenciaram a narrativa lucana do nascimento de Jesus e o dogma cristão da Santíssima Trindade (pp. 149-152).

Talvez se pudessem distinguir mais nitidamente concepções de «criação» e «origem», evitando chamar à Ogdóade de Hermópolis «uma variante» da versão da criação (p. 51: com S. Morenz, chamar-lhe-ia versão de «origem do mundo», *Weltwerdung*). Nem todos defenderão tão singelamente «o monoteísmo de Akhenaton» (pp. 35-46), não só porque o credo de Amarna não deixou de associar Aton a Shu e Ré, mas sobretudo pelo que o conceito de monoteísmo envolve após tantos séculos de especulação filosófica e teológica.

José Nunes Carreira

JAN ASSMANN, *Ma'at: Gerechtigkeit und Unsterblichkeit im Alten Aegypten*, Verlag C. H. Beck, Munique, 1990, 319 pp.

Este livro, dedicado a um mestre da hermenêutica, Hans Georg Gadamer, é ele mesmo também um contributo decisivo para a hermenêutica de uma questão basilar na cultura egípcia.

Jan Assmann é um ainda jovem egiptólogo alemão que se tem dedicado particularmente a questões de religião e literatura egípcias e, nesse capítulo, tem estado a construir uma linha inovadora e promissora de investigação.

Desde o prefácio, o estudo deste magno conceito da cultura egípcia é integrado numa amplíssima perspectiva de história do conceito de libertação da opressão, cuja elipse se prolongaria da história da cultura ocidental até ao Antigo Egipto, passando por figuras cimeiras como Nietzsche, Paulo e Moisés, incluindo e transpondo o próprio fenómeno literário e teológico do Êxodo. Enfim, estaria em questão uma das coordenadas fundamentais para a compreensão do homem no universo e em si mesmo.

O essencial das teses aqui expostas, já o Autor o antecipara em várias conferências, nomeadamente no Collège de France (*Maât, l'Égypte pharaonique et l'Idée de Justice Sociale*). Destas últimas fizera-se já uma edição em francês, recentemente recenseada por Luís Manuel de Araújo, na revista *Hathor. Estudos de Egiptologia*, 4 (pp. 99-104).

Para a introdução destinou o A. algumas questões de fundamentação básica e genérica, mas de grande importância. É, em primeiro lugar, o enquadramento do estudo sobre Ma'at na longa história do pensamento já anteriormente referida, que vai de Nietzsche até ao Egipto (pp. 15-17). Ma'at implica, no pensamento egípcio, uma espécie de religião, mas também uma espécie de cultura total. Mais ainda, o conceito de Ma'at oferece ao A. a oportunidade de propor uma chave de leitura para o fenómeno da história das religiões, individuando nesse complexo fenómeno um primeiro grupo caracterizado como de religiões identificadas com a cultura e um segundo constituído por religiões não identificadas com a cultura. As primeiras são religiões primárias; as segundas são, naturalmente, secundárias. Estas últimas caracterizam-se por uma ortodoxia mais formal, são religiões de uma mais explícita «confissão de fé». Na história, estas foram catalogadas ou a si mesmas se catalogaram como religiões em sentido estrito, relegando as primeiras para o estatuto despromovedor de paganismo. Esta questão é, sem dúvida, muito rica em análise histórica, se bem que as características relações entre religião e cultura, aqui implícitas e actuaes, sejam uma questão razoavelmente complexa e se possam igualmente elaborar dentro daquelas religiões que o A. cataloga como desafectadas da cultura (pp. 17-24).

Outra importante tarefa introdutória consistiu em reanalisar o conceito de Ma'at no contexto da categoria de análise de história do pensamento que K. Jaspers designou como «Achsenzeit» (época axial). Uma vez que esta época axial de radical viragem é universalmente colocada na primeira metade do primeiro milénio, antes de

Cristo, será que a concepção egípcia de uma cultura-religião espelhada no conceito de Ma'at tem mesmo de ser relegada para trás desse eixo, sem partilhar as conotações humanísticas do horizonte dessa consciência pós-axial? (pp. 24-28).

Tornou-se de opinião comum, mesmo em Egiptologia, depois do livro de Hans Heinrich Schmidt, *Wesen und Geschichte der Weisheit; Gerechtigkeit als Weltordnung*, Berlim, 1966, que o núcleo essencial do conceito de Ma'at seria a ideia de «ordem cósmica». Pensa, no entanto, J. Assmann que o cerne daquele conceito não se encontraria no referido aspecto, mas sim no domínio social e ético da justiça (pp. 31-35), na «justificação» (Rechtfertigung) com ajustamento às regras que constituem a base do êxito (pp. 35-39). Ma'at não é a ordem do mundo; é a solidariedade humana social (p. 268).

A história do pensamento sobre Ma'at é equivalente a uma história do discurso sobre a mesma, uma vez que nesse discurso se tematiza, se explicita e textualiza o respectivo pensamento. E sendo basicamente a literatura sapiencial a mais representativa do Egito sobre Ma'at, o Autor classifica cinco «mundos», onde o discurso sobre Ma'at representa uma função central: 1. a literatura sapiencial; 2. as inscrições auto-biográficas tumulares; 3. a literatura sobre os mortos; 4. os textos cosmográficos ou litúrgicos do culto solar; 5. as inscrições reais. Cada um destes mundos literários ocupará um capítulo desta obra, do III ao VII (pp. 40-51). Estudam-se as origens do conceito de Ma'at, no Império Antigo, e as vicissitudes da sua evolução até ao Império Médio (pp. 51-57).

As Lamentações do Camponês, verdadeiro tratado sobre Ma'at, são ponto de partida para o estudo do cap. III sobre a justiça conectiva: reciprocidade e solidariedade. Neste texto, são referidos três específicos pecados contra o ideal de Ma'at, nomeadamente: a preguiça e esquecimento, que põe em destaque o carácter de activa solidariedade e reciprocidade de Ma'at; a surdez, oposta à amizade, que sublinha o seu lado comunicativo; e a ganância, que ilumina a camaradagem como uma solidariedade intencional. Este último pecado, a ganância, constitui quase a antonomásia de todos os pecados contra Ma'at, porque o cerne desta ideia, situado a nível social, se encontra precisamente na sensibilidade ao que é comum (pp. 60-89). Estes três pecados desvelam-nos a quinta essência do conceito egípcio de Ma'at, muito diferente, segundo o Autor, da ideia de ordem cósmica. Antropologicamente, estes pecados desenham uma progressão em clímax: pecados do agir (mãos), do ouvir (boca/ouvidos), do querer (coração).

Das inscrições autobiográficas, relacionando o conceito de virtude com o de durabilidade (Fortdauer). Neste contexto se detectam mais explicitamente os elementos religiosos do conceito de Ma'at. «O (monumento) memorial de um homem é a sua virtude», diz-se no sepulcro de Mentuhotep (p. 110). Nesta virtude se investe a mais básica e mais universalmente representativa esperança de imortalidade, pois a representatividade e a segurança da conservação material do corpo no sepulcro sempre se consideraram bastante mais relativas.

O grande passo na evolução da concepção da imortalidade, posterior ao fim do Império Antigo, deu-se, na verdade, com a criação de uma nova antropometafísica, que define um «homem interior» simbolizado pelo coração, capaz de se criar imortal pela virtude, da qual Ma'at é o paradigma. «O coração torna-se o lugar específico e o portador de Ma'at» (p. 121).

Esta viragem pode considerar-se algo equivalente à do anteriormente referido «Achszeit» jaspersiano, que aqui teria acontecido mais de um milénio antes.

Na literatura dos mortos, o conceito de Ma'at apresenta-se como «nomos do Além», isto é, como «forma de vida dos imortais» (p. 136). Ele aparece, no contexto desta literatura, como uma autêntica codificação dos valores do cap. 125 do «Livro dos Mortos» (pp. 136-140), correspondendo analogicamente aos ideais de pureza exigida aos sacerdotes em serviço nos templos (pp. 140-149). Mais ainda, é neste conceito e em torno à categoria de julgamento dos mortos que se realiza a unidade entre a sabedoria, a moral, o direito e a religião (p. 152). São estes os três níveis de Ma'at: aqui, na sepultura, no Além (p. 156).

Os textos cosmográficos e litúrgicos do culto solar apresentam Ma'at como o triunfo do deus solar sobre as forças do mal, garantindo o êxito do processo cósmico.

O conceito de Ma'at não aparece propriamente nos textos de criação, se exceptuarmos algumas metaforizações criacionais para exprimir o poder real. E esta excepção volta a colocar, mais uma vez, Ma'at no domínio da ética político-social. Ma'at tem, contudo, já algum lugar nos textos de cosmogonia. Mas é sobretudo no âmbito do divino percurso solar que Ma'at ocupa um importante lugar, sendo claramente conotada com a justiça, quer como critério do julgamento efectuado pelo sol, quer como poder que garante e distribui a vida até mesmo ao próprio Ré. Ma'at realiza a justificação (vitória) de Ré e a justificação (imortalização) dos mortos. Em ambas as situações estão presentes as conotações sociais e forenses.

Das inscrições reais vem-nos a afirmação de que Ma'at, em correspondência com o processo cósmico do percurso solar, fundamenta o êxito do processo sócio-político (Estado). «Ma'at é uma ideia portadora da categoria de Estado no mais alto grau» (p. 200). O rei é o mediador entre deus e os homens para a implementação de Ma'at (pp. 201-212); dele depende directamente a prevalência de Ma'at (o Bem) sobre Isefet (o Mal), na sociedade e no cosmos (pp. 213-222). O Estado é, no quotidiano, uma instância de salvação (pp. 222-231). E «Ma'at é a essência da salvação mediada pelo Estado» (p. 230).

O fenómeno cultural de El-Amarna constitui precisamente a leitura inversa de um mundo sem divisão e sem mal, que acabaria forçosamente por conduzir a uma visão do mundo sem Ma'at (pp. 231-236).

A origem da ideia de Ma'at é estudada no sistema de comportamentos sociais baseados na solidariedade interna do grupo, o que dá desta moral uma dimensão política e de compatriotismo.

Tendo a sua origem na horizontalidade das solidariedades de grupo, coordenada que representa o seu aspecto moral, Ma'at desenvolve-se também na coordenada vertical cósmica, que representa o seu aspecto religioso. Ma'at é também a solidariedade vertical, que liberta os homens da opressão (p. 248). E aqui se encontra o seu vector que leva a Moisés, a Paulo e a Nietzsche, segundo Jan Assmann.

De facto, a ideia central de Ma'at é a protecção dos fracos contra os fortes (p. 258). E esta coordenada vertical é de primeira importância na defesa do indivíduo e na afirmação da sua dignidade e oferece quase uma versão de um humanismo desteificado, que não equivaleria propriamente a um humanismo ateu (cf. p. 260-261).

O fim de Ma'at teria consistido precisamente na sua progressiva substituição pelo conceito de um deus condutor da história (o futuro) e pela relação religiosa com essa nova ordem, expressa como piedade pessoal. Esta transformação teria ocorrido básica e terminalmente no Império Novo (pp. 252-272).

Tanto na genealogia do sistema de valores e de estruturas da moral como na evolução do sistema das religiões, ocupou o Egipto um lugar medianeiro na passagem das religiões primitivas para as religiões secundárias. A ideia radical de religião como revolução, contestação e ruptura cultural ali se encontra presente (pp. 279-283).

As últimas páginas do último capítulo (pp. 283-288) funcionam como a conclusão e também como a inclusão que reata o fio do dis-

curso com o ponto de partida, situado inicialmente em Nietzsche. «Ma'at apresenta-nos a ordem do mundo como uma justiça conectiva».

A obra encerra com a lista da bibliografia utilizada (pp. 291-308) e um índice temático e onomástico (pp. 309-319).

Com este livro, Jan Assmann continua a brindar-nos com a perfeita inserção de um dos grandes temas culturais egípcios, talvez o mais essencial da sua cultura, dentro da ampla história do pensamento mundial e bem integrado na sua multimoda historiografia.

José Augusto Ramos

ANTÔNIO JOSÉ DA ROCHA COUTO, *A Aliança do Sinai*, Editorial Missões, Valadares, 1990, VIII, 307 pp.

Este trabalho constituiu uma dissertação de doutoramento que foi apresentada na Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Urbaniana, em Roma, e leva o seguinte subtítulo: «como núcleo lógico-teológico central do Antigo Testamento». Este subtítulo define de maneira clara os objectivos pretendidos e antecipa formalmente o essencial das conclusões retiradas.

Por aqui se verifica que o Autor pretendeu oferecer-nos uma leitura do conjunto do Antigo Testamento, fazendo assentar essa leitura sobre a realidade da Aliança, «tal como pode ser captada, enquanto estrutura orgânica, no plano semântico do relato» (p. 3).

A Aliança é, neste livro, assumida não como um conceito nem como uma palavra ou um simples tema literário, mas como uma estrutura múltipla de ressonâncias sobretudo teológicas, tendente a exprimir essencial e integralmente todo o sistema de relações «de Jahvé com Israel» (p. 4).

Desta maneira, mesmo algumas partes do Antigo Testamento, aparentemente mais afastadas do vocabulário e do tema literário da Aliança, se poderiam apresentar como podendo ser enquadradas dentro desta leitura, que faz irradiar a luz do Sinai sobre toda a própria Bíblia.

A multiplicidade de centros que os autores procuram na tentativa de organizarem uma teologia do Antigo Testamento ou, ao contrário, a resignação de muitos outros a uma aparente multiplicidade de temas teológicos sem um centro organizador poderiam, segundo a